

~~Ator~~  
com duas  
abstenções.



2018/09/28



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### ACTA Nº 3/2018

**Sessão realizada em 29 de junho de 2018**

*Handwritten mark*

ACTA N.º 3/2018

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano dois mil e dezoito, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho do Fundão, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal, sob a presidência do Senhor Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins e secretariada por Maria do Carmo Nogueira.

Feita a chamada, verificou-se a falta dos membros Carlos São Martinho que não foi substituído, Adelino Pereira, Maria de Lurdes Liberato, Marina Nascimento, Guilherme Freches e Ricardo Gaspar que justificaram atempadamente a sua falta e foram substituídos, respetivamente, pelos membros Juvenal Castanheira, Cristiano Gaspar, Leonor Lopes, Jerónimo Gonçalves, João Couto Gonçalves e João Paulo Belchior. Faltaram ainda os membros Daniel Cruz, Vítor Fernandes, Paulo Infante Cláudia Pereira Jorge Martins, Guilhermino Nogueira, Ilídio Martins e Susana Salvado., Os Presidentes de Junta de Freguesia de Bogas de Cima, Três povos e União Fundão, foram substituídos pelos seus representantes legais.

Relativamente ao Executivo Municipal faltou o Senhor Vereador António Quelhas. Constatada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, com a seguinte agenda:

**Período de Antes da Ordem do Dia (PAOD)**

- Aprovação da ata nº2 (30-04-2018);
- Intervenção dos Grupos Municipais e dos Membros Independentes para apresentação de moções e recomendações/Declarações Políticas.
- Votações.

**Período da Ordem do Dia (POD)**

1. Apreciação da **Informação Escrita do Presidente da Câmara**, *ao abrigo da alínea c) do nº2 do artigo 25º do regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL)*;
2. Apreciação e votação da **Proposta** – “ **Aprovação das Contas Consolidadas do ano 2017** ”, *nos termos do disposto na alínea l) do nº2, do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro*;
3. Apreciação e votação da **Proposta** – “ **Acesso à Linha de Crédito prevista no Orçamento de Estado de 2018 para financiamento das despesas com Redes Secundárias de Faixas de Gestão de Combustível** ” *nos termos do disposto na alínea f) do nº2 do artº 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro*

4. Apreciação e votação da **Proposta - “Designação do Fiscal Único da Viver Fundão – Promoção e Gestão das Condições Estruturais e Infraestruturais do Concelho do Fundão, E.M.”** nos termos do disposto na alínea n) do n.º1 do art.º 25, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

5. Apreciação e votação da **Proposta – “Aprovação do Plano Municipal para a Integração de Migrantes (MixIN)”** nos termos do disposto na alínea h) do n.º1 do art.º 25.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro.

**Período de intervenção do Público – n.º2 do artigo 20º e Artigo 21º do Regimento da Assembleia Municipal.**

**Presidente da Mesa** – Depois de cumprimentar todos os presentes, informou que na Mesa faltava o Dr. Carlos São Martinho devido ao falecimento do seu irmão, pelo que, em nome da Assembleia Municipal, iria endereçar à família um voto de pesar. Pediu ainda que a assembleia municipal se associasse num minuto de silêncio de forma a homenagear a memória de dois vultos da cultura fundanense recentemente falecidos, o Professor Albano Martins e o cartoonista José de Almeida, o que foi feito de imediato. De seguida congratulou-se pela eleição do Dr. António Vitorino, para Diretor Geral da Organização das Migrações das Nações Unidas, eleição esta que muito honra o nosso país. Finalmente colocou a votação a ata n.º 2/2018 que foi aprovada por maioria, com 34 votos a favor e 1 abstenção do membro Ana Leonor Santos por não ter estado presente.

#### **Período de Antes da Ordem do Dia (PAOD)**

**Luís Lourenço** – Cumprimentou todos os presentes e fez uma intervenção baseada num documento que se junta à Presente ata como **Anexo 1**, relativa a uma deliberação da comissão permanente sobre a comissão de acompanhamento de políticas de saúde.

**Presidente da Mesa** – Disse que se associava a esta iniciativa da comissão permanente e informou que oportunamente seria marcada uma primeira reunião, já que se trata de uma matéria que tem importância decisiva na vida das pessoas e grande impacto nos equilíbrios económicos, sociais e de desenvolvimento do nosso concelho.

**José Pina** – Cumprimentou todos os presentes e fez uma intervenção baseada num documento que se junta à presente ata como **Anexo 2**, relativa á subida do G.D. de

2017

Valverde à 1ª Divisão de Futsal Feminino Nacional. Fez ainda outra intervenção baseada num outro documento, que se junta à presente ata como **Anexo 3**, sobre água e saneamento e a empresa Aquália. Finalmente fez outra intervenção, que se junta à presente ata como **Anexo 4**, relativa a reclamações diversas de munícipes do concelho.

**Ana Leonor Santos** – Após cumprimentar todos os presentes fez uma intervenção baseada num documento que se junta à presente ata como **Anexo 5**.

**Luís Lourenço** – Associou-se ao voto de pesar pelo falecimento do irmão do Dr. Carlos São Martinho. Fez de seguida uma intervenção baseada num documento que se junta à presente ata como **Anexo 6**, relativo às portagens na A23. Apresentou também um voto de louvor ao G.D. de Valverde, que se junta à presente ata como **Anexo 7**. Finalmente apresentou dois votos de pesar pelo falecimento do poeta Albano Martins (**Anexo 8** à presente ata) e Cartoonista José de Almeida (**Anexo 9** à presente ata).

**Eduardo Saraiva** – Depois dos cumprimentos disse haver dias em que não é fácil falar e no caso da evocação de alguns nomes é-lhe particularmente difícil fazê-lo. O cartoonista José da Almeida era um companheiro de escola, de provocações, de tertúlias e que tinha um “defeito” muito grande, tal como ele próprio, o de gostarem muito do Fundão. Lembrou a colaboração de José de Almeida com os Caminheiros da Gardunha, durante alguns anos na organização do curso de carnaval, enquanto ali foi presidente da direção, servindo estes momentos para reavivar a memória. Assim, lembra também o nome de Adolfo Portela, sugerindo que seja criado um prémio literário a atribuir aos alunos das escolas do Fundão. Embora Adolfo Portela não tenha nascido no Fundão, veio para o Fundão e encantou-se com a nossa terra e a nossa Gardunha, pelo que devemos chamar a atenção dos jovens para tal personalidade. Outro nome que gostava de recordar era o de António Solipa, que emigrou à procura de melhor vida na América. Regressou ao Fundão onde investiu, construindo o cine Gardunha, que na altura era a joia da nossa terra. António Solipa não pode cair no esquecimento, sugere que se encontre uma forma de o homenagear. Congratulou-se com o facto de a câmara municipal se estar a preocupar com a retirada das viaturas do Largo da Igreja, no Fundão, mas acha que deve ser extensível à Praça Velha. Sobre as ruas João Franco e 5 de Outubro, considerou um perigo para quem ali circula a pé, já que as viaturas invadem a zona dos peões, pelo que solicita que se encontrem soluções para esse problema. Congratulou-se com a criação do Beco do

Combatente junto ao casino e associou-se às iniciativas da equipa de futsal feminino do G.D. de Valverde, que ascendeu à 1º Divisão, um motivo de orgulho para todos.

Jorge Garcez – Depois de cumprimentar todos os presentes disse que, na sequência da moção apresentada pela representante do Bloco de Esquerda e rejeitada na última sessão da assembleia municipal, o grupo do PSD acha que se trata de um tema que nos obriga a uma participação cívica. A proposta da Bloco de Esquerda, nos seus princípios estava bem estruturada e nada havia a opor, mas nas medidas em concreto havia muitas discordâncias, sobretudo a questão da extemporaneidade e o facto de as propostas estarem incompletas. Assim apresenta-se hoje outra moção relativa ao mesmo tema (Documento nº 10 Anexo à presente ata), documento que já foi analisado na comissão permanente.

Paulo Silveira – Cumprimentou todos os presentes e fez uma intervenção baseada num documento que se junta à presente ata como Anexo 11. Deu também os parabéns à RCB pelo seu aniversário.


Cristiano Gaspar – Depois dos cumprimentos a todos os presentes, disse ser perigoso encarar alguns problemas a preto ou branco, ou seja se a moção foi anteriormente reprovada, não significa que os membros do PSD que na altura votaram contra, rejeitem uma educação virada para a igualdade de género. Trata-se de uma questão complexa que, no entender do PSD, era muito mais do que o documento inicial referia. Relativamente à vinda do Sr. Secretário de Estado ao concelho, Dr. Pedro Nuno Santos, congratulou-se com o ressurgimento na vida partidária do PS do Fundão, a bem da democracia neste concelho. Existem, no seu entender, dois pecados no discurso que lhe chamam a atenção; em primeiro lugar a ideia já constantemente propagada, que teve também algum eco com a vinda do Sr. Secretário de Estado, de que esta Câmara Municipal não trabalha, limitando-se a implementar uma estratégia de marketing e publicidade. Isto passa por uma incrível falta de respeito, não só para com os fundanenses em geral, mas também com o executivo e todos os funcionários da câmara municipal que dedicam horas e horas do seu dia a trabalhar em prol do concelho, vendo reduzido o seu trabalho a uma insignificância ao serem colados a uma estratégia de marketing. Outro pecado de que se apercebeu na visita daquele membro do Governo, teve a ver com a oportunidade que o PS do Fundão teve de fazer algumas perguntas relevantes, que não fez, como o porquê do Fundão e do seu fundo de emergência municipal estar sujeito a um financiamento de apenas 60%,

quando outros concelhos têm um financiamento integral. Como podiam ter perguntado também por que razão o concelho do Fundão e os pequenos agricultores terem sido excluídos do valor de 1.000 € de comparticipação dos prejuízos dos incêndios. Ou podiam ter perguntado o porquê de ter havido feridos graves no incêndio da Gardunha que não obtiveram qualquer ajuda. O PS do Fundão nada disto perguntou mas ainda tentou colocar o nome do Fundão na lama a nível nacional, tentando contrariar o que tem sido óbvio ou seja o reconhecimento de muita gente e entidades, do trabalho realizado por esta câmara municipal, o que tem sido constantemente negado pelo PS. Nunca o Fundão recebeu nada caído do céu, sendo tudo fruto de muito trabalho e dedicação, pelo que o PS não deve entregar agendas vazias, deve criar a sua própria.

**Cristina Guedes** - Cumprimentou os presentes e fez uma intervenção baseada num documento que se junta à presente ata como **Anexo 13**.

**Leonor Santos** – Disse ter ficado com a ideia que o membro Jorge Garcez, na sua intervenção, quis partidizar aquela questão e fê-lo dirigindo-se a si como a Senhora Deputada do PS, no que se enganou, porque na realidade é deputada do grupo municipal do PS, mas é independente. Tem muito orgulho em pertencer àquele grupo, foi muito bem acolhida, mas tem aí toda a liberdade, pelo que, se quis partidizar a questão, enganou-se. Para si não tem qualquer importância se a moção é do Bloco de esquerda, do PSD, CDU ou do PS, o que lhe importa é o conteúdo. Sobre a extemporaneidade da moção, disse não saber o que o Senhor Membro Jorge Garcez entende dessa palavra, mas igualdade e violência de género e outras questões fraturantes para si jamais são extemporâneos. O facto de existir uma nova moção não a impede de lamentar o que aqui aconteceu na última assembleia municipal. Relativamente à intervenção do membro Cristina Guedes, quando afirmou que no Fundão não existe histórico de casos de violência de género, não seria necessário implementar uma educação para a igualdade de género, mas como na nova moção isso não foi alterado certamente terão chegado à conclusão que a educação para a igualdade de género é sempre importante, independentemente de uma maior ou menor manifestação de comportamentos que violem essa dita igualdade.

**João Leitão** – Depois dos cumprimentos a todos disse estar de acordo com a intervenção do membro do Bloco de Esquerda, relativamente à “Palavra dada é palavra honrada” e vice-versa. Sobre a saúde pública perguntou ao Sr. Presidente da Câmara o que se passou



no hospital do Fundão quando foi detetada a bactéria da legionela, nas instalações daquela unidade de saúde. Perguntou o que foi feito, que contatos foram efetuados, já que se trata de uma questão que afeta todos os fundanenses. Perguntou também qual o novo modelo de gestão que o executivo tem planeado para a serra da Gardunha, pois não quer andar em círculos relativamente a este problema. Finalmente realçou a importância que está a ser dada ao centro de negócios e serviços partilhados do Fundão que está entre os finalistas dos prémios Regiostars 2018 da Comissão Europeia, sendo este projeto candidato na categoria 1 do Regiostars ou seja na medida “Apoiar a Transição Industrial Inteligente”, o que desde logo deve deixar os eleitos e todos os interessados pela evolução sustentável do concelho do Fundão, com orgulho e deve abrir caminho para que esta realidade seja também reconhecida pela Assembleia Municipal. O centro de negócios é um motor de estratégia local em inovação e investimento, permitiu até agora atrair 14 empresas do setor tecnológico da informação, comunicação e eletrónica e permitiu criar 500 postos de trabalho altamente qualificados, numa cidade que tem uma matriz rural.

**Jean Barroca** – Associou-se aos votos de reconhecimento pelo excepcional trabalho feito pelo futsal feminino de Valverde. Relativamente ao desporto valorizou também a exposição que está patente na Moagem e o lançamento do livro sobre o desporto no concelho do Fundão. Sugere que devíamos mostrar a nossa solidariedade relativamente ao encerramento do balcão da CGD de S. Vicente da Beira, no concelho de Castelo Branco. O PSD é contra o encerramento de serviços, porque afetam a sustentabilidade do Interior e porque não é admissível o encerramento de serviços que são economicamente sustentáveis. Relativamente à questão da igualdade de género e à violência, afirmou que o PSD não tem uma posição bloqueadora sobre este tipo de questões, senão o assunto não teria vindo desde já a esta sessão. O que estava em causa na última sessão foi o imediatismo das questões, obrigando as pessoas a aprovar sem qualquer discussão ou sem terem tempo para perceber o que se propõe. O texto hoje em discussão coloca todas as pessoas de acordo e confortáveis, tanto nos princípios como nas medidas a tomar. Congratulou-se com a nomeação do Fundão como finalista do Regiostar, entendendo isto como uma questão de reconhecimento de uma política arrojada.

**Ana Leonor** – Informou que o grupo do PS teve uma reunião de 3 horas para preparação desta assembleia municipal e nessa reunião teve conhecimento que seria apresentada uma nova moção sobre o mesmo assunto. As notas que apresentou hoje foram escritas depois

de ter conhecimento da existência de uma nova moção, pelo que não retira nada ao que disse. Toma também nota que a única alteração feita foi a questão de retirar a Casa Abrigo, não entendendo porque não houve entendimento relativamente ao restante conteúdo.

**José Pina** – Sobre a intervenção do Membro Cristiano Gaspar, lembrou-o que já passaram dois anos desde a intervenção daquele que é hoje Primeiro-Ministro, Dr. António Costa. Por outro lado, quando nos limitamos a repetir o que o Senhor Presidente da Câmara diz, cada um é que sabe, mas não é por isso que deixará de ser crítico para com a atividade da câmara municipal e dos “embrulhos” que faz. O PS não tem problemas em aprovar esta proposta, mas volta à questão inicial com um pedido de inclusão da Casa Abrigo.

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou a votação as diferentes moções e recomendações:

**Moção/Recomendação (PS) – Anexo 2** – Aprovada por maioria com 35 votos a favor e 1 abstenção do membro Paulo Alexandre Nobre.

**-Moção (CDU) – Anexo 7** – Aprovada por unanimidade

**Voto de Pesar Albano Martins (CDU) – Anexo 8** – Aprovada por unanimidade

**Voto de Pesar José D’Almeida (CDU) – Anexo 9** – Aprovada por unanimidade

**Moção Igualdade de Género (Comissão Permanente) – Anexo 10**

O membro Luís Lourenço sugeriu que se votasse a Moção apresentada e depois a inclusão ou não na mesma da questão proposta relativa à Casa Abrigo.

Não havendo mais intervenções foi a moção colocada a votação e **aprovada por unanimidade**.

**Inclusão da Moção da “Casa Abrigo”** – Aprovada por maioria com 36 votos a favor e 1 abstenção



## Moção “Palavra Dada, Palavra Honrada” (Bloco Esquerda) – Anexo 13

**Luís Batista** – Cumprimentou todos os presentes e disse que esta moção é demasiado setorial, pelo que na sua opinião devia ser alargada a todos os trabalhadores da função pública, porque todos tiveram o mesmo período de carreiras congeladas. Propôs também que se incluísse que esse descongelamento fosse efetivado assim que o equilíbrio financeiro ao nível das contas públicas seja uma realidade. Disse ainda que também deviam ser retirados os considerandos.

**Cristina Guedes** – Disse que a classe dos professores está a ser discriminada e às vezes até alvo de gozo por estarem a lutar por um direito, pelo que gostava que a moção apresentada se mantivesse tal como está.

**José Pina** – Informou que se ia retirar porque não vai votar uma situação em que está em discussão causa própria.

Colocada a votação foi a moção aprovada por maioria com 24 votos a favor e 9 abstenções.

### Alterações Propostas pelo Membro Luís Batista

**Relativamente a estas alterações o membro Luís Lourenço disse** que estava de acordo com o acrescentar dos outros setores da administração pública, mas não concordava com a retirada dos considerandos e o outro condicionalismo.

**Jean Barroca** – Disse que a moção foi aprovada, mas as alterações propostas desvirtuam por completo o documento e não são aceitáveis.

**Presidente da Mesa** – Disse que foi apresentada uma moção, que foi votada e aprovada. As sugestões de alteração desvirtuam substancialmente a proposta aprovada, pelo que este ponto é encerrado.

## Período da Ordem do Dia (POD)

*Handwritten signature*

1. Apreciação da **Informação Escrita do Presidente da Câmara**, *ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL)*


**José Pina** – Relativamente a este assunto fez uma intervenção baseada num documento que se junta à presente ata como **Anexo 14**.

**Luís Lourenço** – Sobre esta informação escrita afirmou que contém coisas que são sucintas, outras muito descritivas, e ainda outras que não são da atividade da câmara municipal, exemplificando com a apresentação de um livro que ocupa quase meia página de descrições, com questões com desnecessário teor explicativo. Existem também questões que mereciam ser melhor explicadas, exemplificando com o prémio 5 Estrelas e com a marca "Cereja do Fundão", que como marca nem sequer ainda existe, pelo que convém explicar-se primeiro o que se passa. Fala-se também do mercado eletrónico e depois aparecem várias associações e vários intervenientes mas, segundo aquilo que entendeu, trata-se de apresentações de aplicativos com o objetivo de ligar produtores aos consumidores, valendo a pena perguntar quem é que tem a capacidade para fazer esses convites e quem dinamiza esta atividade. Existe também uma associação de agricultores do Distrito de Castelo Branco, que tem sede no Fundão e forte representatividade entre os agricultores do concelho e só se tinha a ganhar se aquela entidade fosse envolvida nestas atividades. Há também no documento alguma informação que dá azo às tais críticas da publicidade, exemplificando com quatro itens de acompanhamento de jornalistas no concelho do Fundão, acompanhamento esse em que também é dito "visita patrocinada pela câmara municipal do Fundão". Relativamente aos trabalhos de manutenção na ALTRAN, perguntou quem é que os paga. Concluiu afirmando que aquilo em que a câmara municipal recebe prémios, tem de ter repercussão no dia-a-dia dos munícipes do Fundão, já que o que muita gente sente é que tudo o que é anunciado não tem quaisquer repercussões nas suas vidas.

**Eduardo Saraiva** – Acha que as informações escritas e as atas das reuniões são documentos importantes para quem queira fazer a história do Fundão. Há assuntos que estão mal colocados em rubricas que não correspondem ao que é descrito. A Assembleia também é responsável pelo conteúdo da informação escrita e, se for necessário, que se

crie uma comissão inter-grupos municipais para ser feita uma reflexão sobre a melhor forma de elaborar este documento.

**Presidente da Câmara** – Após cumprimentar todos os presentes informou que, no âmbito da CIM, ocorreu uma receção da comissão contra as portagens. Já estão fartos de medidas que vão aparecendo de forma isolada e, em alguns aspetos, até contraditórias. Informou por exemplo que a câmara municipal recebeu recentemente a proposta que está na Mesa e a ser discutida entre o Governo e a ANMP, para a descentralização. O documento já está a ser analisado e foi solicitado o posicionamento do nosso município até ao próximo dia 7 de julho, o que considera muito curto, para ser feita a análise exaustiva que o documento merece. Uma das coisas que desde logo o deixou preocupado tem a ver com o facto de não ter visto uma diferenciação positiva para os territórios do Interior. Declarou-se extraordinariamente favorável à descentralização, gosta que algumas competências sejam mais próximas, mas é preciso muito cuidado com algumas questões. Sobre a situação do Hospital do Fundão, informou que a situação foi detetada numa análise de rotina, foi acionado o plano de contingência e já foi feita uma contranálise que deu negativa, pelo que, aparentemente está resolvido o problema. Relativamente à água, lembrou que em 2008/2009, foi feito um concurso público internacional, concurso esse que posteriormente foi visado pelo Tribunal de Contas, tudo passou também pela assembleia municipal, tudo foi visto e analisado. É intenção do município que relativamente às questões relacionadas com a partilha de risco, naquilo que é o processo negocial, chegar a um entendimento com a atual concessionária, a empresa Aquália, sendo esta uma das questões chave no quadro do processo. Relativamente às concessões, num estudo recentemente efetuado, a do Fundão aparece com o valor mais baixo a nível nacional, em termos do que é a fatura dos 10 m<sup>3</sup>, que é aquele consumo que 90 % dos utentes do sistema pagam de água, saneamento e resíduos. Acima dos 15 m<sup>3</sup> e na progressão dos escalões, temos entre 3 a 4% de famílias a gastar dentro deste parâmetro. Relativamente à fatura acima dos 10 m<sup>3</sup>, na nossa região somos o 5º município da CIM com um valor mais elevado, com a Covilhã, Sabugal, Meda e Guarda a pagar ainda mais. No que toca ao cadastro de caminhos vicinais, o Tribunal tem utilizado as cartas cartográficas existentes e não é um trabalho fácil. O desejável era ter todos os caminhos referenciados numa área de 700 km quadrados. Quanto à questão particular apresentada, houve um processo, uma contraordenação, tendo o processo de cariz administrativo sido tratado., os serviços funcionaram e as questões tiveram a devida



conexão. Sobre o estacionamento ao ar livre não pretende aumentar a área da concessão. O estacionamento em terra batida, junto à Escola Secundária, vai ser alvo de discussão com a nova estrutura de gestão da escola, recentemente eleita para, em concertação, se arranjam soluções de forma a colmatar o problema de mobilidade existente junto àquele estabelecimento de ensino. Sobre a informação escrita disse não ser fácil, procura-se algum esforço de síntese mas nem sempre se consegue, mas o certo é que há mesmo muita atividade, acontecem muitas coisas todos os dias. Na sua opinião é preferível pecar por excesso do que por defeito e que podem ser sempre feitas afinações no documento, também com a ajuda da assembleia municipal. Por outro lado, se alguém tem dúvidas relativamente ao programa deste executivo de atração de investimento/desenvolvimento de empresas, com ou sem o patrocínio da câmara municipal e em particular da sua pessoa, poderão falar com quem quiserem, tanto das empresas da área tecnológica, como das de apoio à indústria de base ou ainda no setor agroalimentar. Quem tiver dúvidas que as tire definitivamente, já que se trata de uma questão vital para o futuro do nosso concelho Se terceiros, como o Governo, Comissão Europeia e CCDR nos descobrem boas práticas, não vamos ter problemas com isso. Informou também que no multusos estão a decorrer obras para a instalação do balcão de empresas, já que o município do Fundão foi um dos escolhidos para a localização daquele balcão de apoio às empresas. O município do Fundão, como senhorio que é daquele infraestrutura também teve de assumir a resolução dos graves problemas de infiltrações através da cobertura, pelo que também foram necessárias obras no local. Informou que está a ser preparada uma homenagem ao seu particular amigo José de Almeida, recentemente falecido e que todas as sugestões serão bem-vindas. Frisou ainda que todos deviam visitar a exposição dedicada a Albano Martins, que teve a sua preciosa colaboração ainda em vida. Relativamente a António Solipa disse que a melhor homenagem que lhe podia ser feita passará pela recuperação do Cine Teatro Gardunha, dando conhecimento que até setembro espera que a câmara municipal possa ter na sua posse o projeto, para tentar até final do ano lançar a obra a concurso. Informou que já foi lançado a concurso a reabilitação do antigo colégio de Santo António, sito na Rua da Cale. Sobre o trânsito disse que a câmara municipal vai alterar algumas condições na Rua 5 de Outubro. Durante algum tempo a câmara fez um pacto cívico com os moradores, comerciantes e transeuntes, mas chegou-se à conclusão que passado este tempo existem coisas que não estão a correr bem neste processo e por isso agir-se-á de forma a resolver os problemas detetados, com a colocação de dissuasores em quase toda a rua, sendo a tipologia dos mesmos, igual aos que foram colocados na

Rua Jornal do Fundão. De seguida deu conta de uma inovação, informando que se estão a preparar acordos com alguns condomínios da cidade, através da criação de protocolos de cogestão e coresponsabilização relativamente aos espaços públicos existentes em algumas zonas da cidade. Trata-se de um projeto piloto, tendo a esperança que possa existir um maior respeito e maior valorização dos espaços que são de todos, alguns contíguos de alguns condomínios, exemplificando com a zona do Espírito Santo, Sítio do Vale e outros. Sobre saúde, embora não seja da sua competência, informou que daí a 15 dias seriam entregues ao Centro de Saúde, duas viaturas para apoiar os serviços de ambulatório, prestados por aquela unidade de saúde. Congratulou-se por se ter chegado a uma plataforma de entendimento relativamente ao plano sobre a igualdade de género.

**2. Apreciação e votação da Proposta – “ Aprovação das Contas Consolidadas do ano 2017 ”, nos termos do disposto na alínea l) do nº2, do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro**

Não havendo interessados em usar da palavra neste ponto, o Senhor Presidente da Mesa colocou o documento a votação, que foi aprovado por maioria e por minuta, com 25 votos a favor e 8 votos contra.

**3. Apreciação e votação da Proposta – “Acesso à Linha de Crédito prevista no Orçamento de Estado de 2018 para financiamento das despesas com Redes Secundárias de Faixas de Gestão de Combustível” nos termos do disposto na alínea f) do nº2 do artº 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro**

**Presidente da Câmara** - Disse tratar-se de uma linha de crédito criada pelo atual Governo, para a limpeza das propriedades junto aos perímetros urbanos, no valor de 50 milhões de euros, linha essa que pode ser utilizada pelos municípios através de uma candidatura, que tem de passar pela assembleia municipal. No final do processo de candidatura é que o município vai saber qual o valor disponibilizado para o município do Fundão. Por outro lado o município será ressarcido nos termos da Lei, para se substituir aos proprietários na limpeza das suas propriedades à volta dos perímetros urbanos, que dentro dos prazos legais não o fizeram, obrigando assim a câmara a fazê-lo. Mas ressalta-lhe a dúvida do que poderá acontecer daqui a 6 meses, já que vai ter de se voltar a limpar, mas não se sabe quando termina a linha de crédito e qual o prazo para terminar as

med

limpezas. Explicou de que forma se chegou aos valores existentes no documento para os 16000 hectares de terreno de perímetro existente, dos quais 800 hectares estão no quadro de intervenção, com um valor médio estimado médio de 850,00 € + IVA/hectare. O que está na área de risco é apoiado a 100%, o que está fora é apoiado a 60%. Mudando de tema aproveitou este momento para deixar os seus pêsames ao Dr. Carlos São Martinho pelo falecimento do seu irmão.

Não havendo mais intervenções sobre este assunto, foi o documento colocado a votação e aprovado por unanimidade e por minuta.

**4. Apreciação e votação da Proposta - “Designação do Fiscal Único da Viver Fundão – Promoção e Gestão das Condições Estruturais e Infraestruturais do Concelho do Fundão, E.M.” nos termos do disposto na alínea n) do nº1 do artº 25, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro**

**Presidente da Câmara** – Disse que no âmbito do plano de reestruturação financeira, se está numa fase avançada e em breve virá à assembleia municipal. Informou também que se está muito próximo de uma solução global relativamente ao problema das rendas da Escola Profissional do Fundão, que vai permitir custos um valor muito significativo, não colocando em causa a sustentabilidade da EPF nem da empresa municipal.

Não havendo mais interessados em intervir foi o documento colocado a votação e aprovado por maioria com 30 votos a favor e 6 abstenções.

**5. Apreciação e votação da Proposta – “Aprovação do Plano Municipal para a Integração de Migrantes (MixIN)” nos termos do disposto na alínea h) do nº1 do artº 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro.**

**Período de intervenção do Público – nº2 do artigo 20º e Artigo 21º do Regimento da Assembleia Municipal.**

**Presidente da Câmara** – Congratulou-se com a eleição de mais um Português para um cargo tão importante e de tanta responsabilidade nos dias que correm, nas Nações Unidas, como diretor geral da organização das migrações. Somos um dos poucos municípios que está a tratar desta questão com a sensibilidade que acha que merece. Trata-se de um assunto global que também terá repercussões locais. Nas questões positivas o Fundão já

está a vivê-las, uma vez que muitas famílias têm escolhido várias zonas do nosso concelho para viver, nomeadamente na zona sul da Gardunha. O distrito de Castelo Branco aparece já com 4000 cidadãos estrangeiros registados, estando a crescer a uma taxa de 10% ao ano. Temos de ter planos de ação e interação com essas comunidades, já que temos pessoas que optaram viver connosco e é importante trabalharmos com eles questões como a língua, a capacitação, a intermediação, ajudando-os a integrarem-se o máximo nas nossas comunidades. Eles são muito ativos e organizados e podem transmitir valor às nossas comunidades. Também temos um segundo grupo muito sensível que tem a ver com os trabalhadores agrícolas, fomos o primeiro município a criar um centro de acolhimento para trabalho temporário, orientado para criar as condições humanitárias de decência para todos os trabalhadores que encontrem durante alguns meses uma oportunidade de trabalho, grupo este que nalguns meses já andarà muito perto das 500 pessoas, das mais diferentes nacionalidades. Se houver muito trabalho temporário e não houver pessoas para o fazer vamos ter problemas nas colheitas e noutros trabalhos. Assim, temos de criar condições para o trabalho com dignidade dessas mesmas pessoas. Há também um terceiro grupo, que são os novos trabalhadores, alguns muito qualificados e que também aqui encontram uma oportunidade. Temos de integrá-los na comunidade e fazê-los sentir-se bem nesta sua nova casa, trata-se de um fenómeno que vai ser muitíssimo crescente nos próximos meses, para o qual vamos ter de dar resposta. O quarto grupo é o dos estudantes, nomeadamente da Escola Profissional e também os que estão na UBI que embora aqui não vivam é muito importante que tenham uma maior conexão com o território do Interior. Esta câmara municipal está a culminar a realização de um consórcio nacional, para reforçar a presença de alunos nomeadamente dos PALOP'S no ensino profissional, no setor da indústria e em particular da metalomecânica. Também existem os migrantes forçados, tratando-se de uma situação que tem de ser vista mesmo que nos cause algum desconforto. A primeira experiência com este tipo de refugiados no nosso concelho foi péssima, já que para além de refugiados se tornaram fugitivos, numa comunidade de Silvaes, que tentou integrá-los o melhor possível. Este município estava e continúa disponível para receber refugiados, mesmo sabendo que se trata de uma questão que não é consensual. Estão-se a trabalhar estes aspetos, daí a apresentação deste documento que muito irá ajudar nas diversas situações, contando com um parceiro primordial que é a UBI. Assim, pede que olhemos para isto com responsabilidade, esperança e com sentido de dever solidário que vai para além da esfera local.

**José Pina** – Fez uma intervenção baseada num documento que se junta à presente ata como **Anexo 15**.

**João Leitão** - A ousadia de fazer um plano municipal de integração de migrantes é suscetível de levantar diversas questões. Desde logo a articulação entre o que é o diagnóstico estratégico efetuado e a não demonstração inequívoca das ações estratégicas propostas no plano, com esse mesmo diagnóstico estratégico. Aquilo que é fundamental neste documento é formalizar uma direção para termos um documento operacional no sentido de se combater a quebra demográfica a que assistimos nos últimos anos e que se irá intensificar nas próximas décadas. Assim considera este plano como um bom exemplo de plano de política pública, na medida que se antecipa, inclusive, àquilo que é a falta inequívoca da política nacional a este nível. A forma como se reconhece a importância das migrações valoriza esta assembleia municipal, no entanto o documento peca por não articular o diagnóstico estratégico com ações estratégicas concertadas, para que se entenda a sua profundidade. Peca também por não ser ambicioso, porque se se deteta o problema da mão-de-obra qualificada a diversos níveis, era importante que o município antecipasse e desse o exemplo, criando um plano de empreendedorismo étnico. Devem-se criar as condições para que os migrantes e os agregados familiares, que se deslocam para o nosso concelho, tenham a possibilidade de se integrar na comunidade local e empresarial, embora existam comunidades étnicas que têm formas próprias para tal.

**Luís Lourenço** – É verdade que este plano é extremamente importante, é evidente que os problemas demográficos existem, é necessário desenvolver projetos de integração de migrantes, é necessário fazer algo para que o concelho do Fundão se torne atrativo, no entanto a sua questão é esta, daquilo que conseguiu ler dos documentos, não conseguiu ler aquilo que o Senhor Presidente da Câmara acabou de dizer. Assim, não questiona a inclusão da UBI na comissão executiva, mas o estudo que é desenvolvido tem uma grande percentagem virada para a caracterização dos estudantes estrangeiros da UBI e o inquérito efetuado foi feito aos estudantes da UBI. Existe ainda a questão do que é utilizado no estudo em termos de migrantes no concelho do Fundão, existindo apenas um foco/grupo e mesmo esse tem gente que não mora no Fundão. Questiona ainda outra situação, como disse atrás, se não levanta questões quanto à inclusão a UBI na comissão executiva, não vê qual o fundamento para a inclusão da Associação White Stone, já que não a conhece, talvez até possa ter pessoas estimáveis, mas para poder deliberar uma coisa como esta



tem de ter mais informação, até porque isto pode parecer uma coisa de amigos, já que o próprio foco/grupo é desenvolvido na quinta que está associada a esta associação. Não fica claro que o que está em discussão seja representativo dos 492 emigrantes existentes no concelho. Tem dúvidas sobre a ligação entre uma coisa e outra e fica sem saber como votar, tendo em atenção tantas dúvidas. Se muitos desses migrantes serão trabalhadores, pergunta porque não se incluem no processo os sindicatos e a associação de agricultores.

**Jean Barroca** – Disse que iniciamos a assembleia municipal a falar de questões de igualdade e estamos a acabá-la deixando no ar a ideia que não se quer aprovar um plano de migrantes, o que é paradoxal. Se o plano peca por alguma coisa é por ser demasiado transparente e as ações que se veem no plano são ações completamente transparentes, todas elas destinadas aos migrantes. O sumo do plano está certo embora nos possamos debruçar sobre a representatividade, do detalhe ao método, mas no geral o contexto está bem fundamentado, com uma análise estatística rigorosa e identificação e origem das comunidades migrantes. Sabe, por experiência própria, quais as dificuldades de um jovem estudante estrangeiro ao deslocar-se e estudar em Portugal. A resposta que o plano dá no seu conteúdo está muito bem fundamentada e por isso em condições de ser votada.

**Eduardo Saraiva** – Trata-se de um tema que deve merecer de todos uma maior atenção e há muito tempo que não tínhamos um documento desta natureza para darmos a nossa opinião e tomar decisões. O plano tem uma ou outra questão que suscita dúvidas, mas neste momento muito complicado temos de ter a capacidade para receber pessoas, independentemente de algumas dúvidas técnicas e ser um pouco mais abrangentes e vermos as coisas com mais humanismo, aprovando este plano. Sugeri que depois de contacto maior com a realidade, se poderia voltar ao assunto nesta assembleia municipal corrigindo algumas situações que possam surgir.

**José Pina** – Respondendo ao membro Jean Barroca disse que este tentou veicular a votação por unanimidade, dos Vereadores, incluindo os do PS, neste assunto, mas esqueceu-se de dizer que só foi apresentado metade do documento. O que está aqui em causa não é a importância do que está a ser discutido, mas sim saber se o plano que está a ser apresentado resultou de um trabalho de análise da informação recolhida, o que na opinião da sua bancada não foi. A proposta do PS foi voltar a discutir o assunto daqui a 2 meses, de forma a obter-se mais informação e correção de algumas propostas.



**Cristina Guedes** – Disse subscrever em muito a opinião dos membros Luís Lourenço e José Pina, no entanto dado o plano que é e na altura que estamos, custa-lhe não votar já a favor, mesmo tendo de analisar 200 páginas em tão pouco tempo.

**Ana Leonor Santos** – Disse que a política é um processo, não são momentos e por isso juntava-se a todas as observações aqui feitas, nomeadamente a intervenção do membro Luís Lourenço. A ser decidido que se vota hoje, este documento deixa-a com grandes problemas de consciência para votar, primeiro porque não houve tempo útil para uma análise cuidada de todo o plano. A segunda razão está relacionada com o facto, do que teve oportunidade de ler, ter verificado que há ali questões que lhe parece merecerem ser revistas. Por princípio a sua votação seria favorável e congratula-se pela existência no nosso município de um plano que visa a integração de migrantes, mas irá abster-se.

**Clotilde Barata** – Cumprimentou todos os presentes e disse ter ouvido com muita atenção todas as intervenções, num projeto que nos envolve a todos. Quem lida com documentos deste teor sabe que os mesmos nunca estão fechados e que a metodologia utilizada tem de ser atualizada consoante o contexto ou perante os acontecimentos, e nenhum membro da Assembleia consegue afirmar a 100% que este documento, daqui a um ou dois meses não necessite de ser alterado/atualizado. Trata-se de um projeto integrado e evolutivo e todos deviam ter em atenção esse aspeto.

**Presidente da Câmara** – Disse que o documento já cumpriu parte do seu papel, muito importante num quadro de uma assembleia municipal, que é o de criar paradoxos, perplexidades, conteúdos positivos e negativos, porque quando um documento consegue suscitar tanta coisa, de certeza está no bom caminho. Quando se cria algo de novo como é o caso, não existe um caderno de encargos que diga como é que se faz um plano para a parte da migração. Estamos no final do prazo para aprovar o plano e temos até 2020 para o executar e todas as propostas são bem-vindas. Sugeriu que pela sua pertinência, importância e inovação fosse apresentada nesta assembleia municipal uma proposta de participação e acompanhamento do referido plano. Tem de haver um equilíbrio, difícil, entre escala e coesão. Perante uma situação em que estamos de acordo com os princípios, temos a tendência de colocar as coisas numa ótica mais administrativa. Trata-se de um projeto com implicações locais, mas que tem também conexões complexas, assim, se do

ponto de vista da cooperação, para trazer o saber e a competência mais continuada e permanente de uma universidade tivermos de incluir uma ação que esteja dentro do interesse mais interno da própria universidade, ainda bem que temos essa capacidade de o fazer. É bom do ponto de vista da relação com a Universidade, nomeadamente com os estudantes estrangeiros, termos esta conexão mais direta com essa população alvo. Sugeri uma maior participação, colaboração e codecisão relativamente a este plano, pelo que fica à espera de sugestões de toda a assembleia.

**O Senhor Presidente da Mesa** disse que o tema das migrações não é só de sensibilidade extrema, ele vai atravessar todos o século XXI e vai ser um das marcas deste século. É um tema onde estamos a aprender com grande humildade, tratando-se de um terreno novo, facilmente aproveitável por populismos e demagogias, pelo que se exige a humildade suficiente para avançar, sabendo corrigir, sabendo adaptar, sabendo dar o passo e, se for necessário, saber recuar para dar um passo melhor no futuro. Nunca em tempo nenhum estaremos suficientemente preparados para fazer as opções certas.

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou a votação o documento, que foi aprovado por maioria e por minuta, com 32 votos a favor e 6 abstenções.

**O Membro Luís Lourenço** apresentou a seguinte declaração de voto: “Senti-me obrigado a votar, porém que fique bem claro em ata, que aquilo em que votei favoravelmente foi dar o meu aval ao capítulo II do documento, das páginas 121 a 149, porque o resto do documento é mau”.

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa perguntou ao público presente se alguém pretendia intervir.

**O Senhor António Manuel Padez Caetano**, pediu para usar da palavra para novamente voltar a falar da reclamação que apresentou à câmara municipal relativa à construção de um muro que considera ilegal, em Salgueiro, freguesia de Três Povos. Como até á data a câmara municipal não resolveu o problema, volta a ela nesta assembleia municipal para que, definitivamente possa obter uma resposta clara e justa.

Relativamente a este assunto, **O Senhor Presidente da Câmara** respondeu que se tem procurado resolver administrativamente este problema e a fiscalização da câmara

municipal já se deslocou ao local por mais de uma vez. Há cerca de 1 semana ocorreu uma reunião, onde esteve o Senhor António Caetano e o Senhor Presidente da Junta, tendo ficado decidido que da sua parte iria ser apresentada uma proposta técnica para resolver a situação. Se no seguimento desta proposta técnica não existirem os consensos necessários entre as partes, obviamente que existem outros instrumentos administrativos e judiciais que podem ser utilizados, esperando no entanto que a situação se resolva sem ser necessário aí chegar.

Depois destas intervenções o Senhor Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos da Assembleia Municipal pelas 19.00 horas. Da sessão se exarou a presente ata que vai ser assinada por todos os Membros da Mesa da Assembleia.

Presidente da Assembleia Municipal \_\_\_\_\_

1º Secretário \_\_\_\_\_

2º Secretário Maria do Carmo Rosa Aguiar

## VOTAÇÕES DAS PROPOSTAS

2. Apreciação e votação da Proposta – “ **Aprovação das Contas Consolidadas do ano 2017** ”, nos termos do disposto na alínea l) do n.º2, do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro – Aprovado por maioria com 25 votos a favor e 8 votos contra
  
3. Apreciação e votação da Proposta – “ **Acesso à Linha de Crédito prevista no Orçamento de Estado de 2018 para financiamento das despesas com Redes Secundárias de Faixas de Gestão de Combustível** ” nos termos do disposto na alínea f) do n.º2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Aprovado por unanimidade
  
4. Apreciação e votação da Proposta - “ **Designação do Fiscal Único da Viver Fundão – Promoção e Gestão das Condições Estruturais e Infraestruturais do Concelho do Fundão, E.M.** ” nos termos do disposto na alínea n) do n.º1 do art.º 25, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Aprovado por maioria com 30 votos a favor e 6 abstenções
  
5. Apreciação e votação da Proposta – “ **Aprovação do Plano Municipal para a Integração de Migrantes (MixIN)** ” nos termos do disposto na alínea h) do n.º1 do art.º 25.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro - Aprovado por maioria com 32 votos a favor e 6 abstenções

Apresentada para informações  
na A.M.

ANEXO 1

  
29.06.18

## Comissão de Acompanhamento de Políticas de Saúde

A preocupação com a situação do Concelho do Fundão em termos de saúde é transversal a todos os setores políticos e sociais. Essa é provavelmente a razão pela qual esta assembleia deliberou, por unanimidade, a constituição de uma Comissão, para que, formalmente, a AM possa acompanhar o que se passa nesta área e também intervir, na medida das suas competências.

Assim, em reunião realizada a 13 de junho de 2018 a Comissão Permanente desta AM deu execução a essa deliberação. Embora a proposta que foi aprovada estivesse mais orientada para as questões relacionadas com o hospital do Fundão, os seus considerandos tinham em atenção a situação global do Concelho, por isso considerou-se mais adequado que o seu âmbito de atuação e em consequência o seu nome tivesse uma maior abrangência.

Assim, a comissão designar-se-á de “**Comissão de Acompanhamento de Políticas de Saúde**”.

### Constituição:

**Presidente:** Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins

Representantes dos Grupos Políticos com assento na Assembleia Municipal do Fundão:

**PPD/PSD:** Susana Sequeiro Salvado

**PS:** Abel Maria Agostinho de Lima Rodrigues

**CDU:** Luis António Nunes Lourenço

**Bloco de Esquerda:** Cristina Maria Borges dos Santos Silva *Guedes*

Foi acordado que a frequência das reuniões deveria ser semestral, podendo e devendo reunir sempre que necessário.

Foi ainda acordado que se deveria dar conhecimento da sua constituição ao Centro Hospital Cova da Beira (CHCB) e ao Agrupamento de Centros de Saúde (ACeS) da Cova da Beira.

Relativamente às primeiras iniciativas a tomar entendeu-se que elas deveriam ser reuniões com o Concelho de Administração do CHCB, na Covilhã, seguido de visita ao Hospital do Fundão e com a Direção do ACeS Cova da Beira, seguida também de visita ao Centro de saúde do Fundão.

Foi entendimento da Comissão Permanente que, previamente a estas reuniões, a comissão deveria reunir para as preparar.

Como foi afirmado na reunião da CP, esta não é uma comissão técnica, ela é uma comissão política. A sua preocupação deverá ser a de acompanhamento das políticas de saúde que podem afetar o nosso concelho. Assim dever-se-á ter em atenção alguns aspetos. Primeiro, as políticas de saúde que afetam o nosso Concelho não dizem exclusivamente respeito à sua área geográfica. Segundo, essas políticas têm repercussões em outras áreas. Terceiro, a comissão não se representa a si própria, ela é a representante de todos os membros desta AM, por ~~indiretamente~~ indiretamente, e de certa forma de todos os fundanenses.

Luis Lourenço



## GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA

## MOÇÃO/RECOMENDAÇÃO

"A persistência realiza o impossível".

Foi deste modo que uma das atletas do Futsal do Grupo Desportivo de Valverde verbalizou a sua felicidade com a subida à 1ª divisão nacional do futsal feminino. (2)

O Grupo Desportivo de Valverde junta-se assim à Associação Desportiva do Fundão e o concelho passa a estar representado ao mais alto nível numa modalidade em expansão e que tem merecido o melhor dos interesses pela juventude do concelho enquanto praticante e adepta.

A Assembleia Municipal do Fundão manifesta publicamente o seu júbilo pela conquista de um sonho traçado e concretizado com base no querer e crer de toda uma equipa liderada pela sua treinadora Catarina Rondão e naturalmente apoiada pela estrutura do Grupo Desportivo de Valverde.

Este feito inédito tem que ser necessariamente relevado e apoiado por todo um concelho e deste modo o Grupo Municipal do Partido Socialista/Assembleia Municipal do Fundão recomenda à Câmara Municipal do Fundão que apoie de forma equitativa as equipas que representam o concelho do Fundão na 1ª divisão nacional do Futsal.

29/6/2018

O Grupo Municipal do Partido Socialista

Recebido na casa da A.M.  
29.6.18

Com  
Assinatura 35 votos  
a favor e 1  
abstenção

Recicla-se à C.M. para  
obter resultados eficientes.

ANEXO 3

Handwritten signature  
29.6.18



GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Handwritten signature

## Água/Saneamento/Aquafundália

AM, 29/6/2018

Pois é. Mais uma vez o Fundão é notícia e não é pelos melhores motivos.

A DECO dá conta de uma lógica subjacente ao valor associado ao preço da água fornecida aos municípios:

Entre os 15 municípios mais caros, 14 pertencem a concessões.

E porquê estranhar, o Fundão é um desses municípios!

E como existe indexação do consumo de água ao tratamento de efluentes e à recolha de resíduos sólidos, para valores de consumo superiores a 10 m<sup>3</sup> de água por mês a coisa agrava-se e muito e o Fundão destaca-se pela negativa.

Há 4 anos o Tribunal de Contas (TC) divulgou uma auditoria às concessões de água na qual recomendava um corte de 10% na remuneração acionista de vários operadores e a eliminação de cláusulas que transferiam os riscos exclusivamente para os concedentes públicos (as autarquias). .../... Apontava, em particular, o caso do Fundão, em que o risco de negócio da concessionária era extremamente reduzido ou quase nulo.

Há um ano atrás o Sr. Presidente da Câmara afirmava que a revisão do contrato de concessão entre o município e a empresa Aquafundália referente ao sistema de abastecimento de água em baixa era uma prioridade.

Há 8 anos foi assinado o contrato de concessão entre o município e a Aquafundália.

Por isso perguntamos ao Sr. Presidente da Câmara Municipal

Em que ponto da renegociação nos encontramos?

Qual o valor da TIR (taxa interna de rentabilidade) acionista em vigor?

Onde e de que tipo foram realizados os investimentos que a concessionária estava obrigada a fazer neste intervalo de tempo? [note-se que deveriam perfazer 8 milhões de euros].



Reuneta-se à C.M. para  
os devidos efeitos

ANEXO 4



GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA

29.6.18

*[Handwritten signature]*

## Atendimento aos munícipes

29/6/2018

Chaminé de uma padaria na Travessa do Passadiço, Fundão.  
De forma insistente recebemos e-mail de um munícipe chama  
emissões da chaminé de uma padaria na Travessa do Couto.



Nesses e-mails fazia referência ao envio da sua preocupação  
referenciando que o primeiro deu entrada com o n.º 19343, no dia 30 de outubro de 2017.

Naturalmente não nos compete pronunciar sobre os efeitos danosos ou não que possam estar associados às referidas emissões, mas deixa-nos preocupados que decorram muitos meses sem que a inquietação do munícipe tenha merecido qualquer atenção por parte dos serviços e, por isso, cumpre-me deixar aqui o alerta.

## Cadastro de caminhos vicinais

**Preocupação de um munícipe, acerca da existência ou não, eventualmente da atualização de um cadastro de caminhos vicinais.**

De acordo com o munícipe este cadastro desempenha um papel fundamental e nomeadamente no acesso das autoridades a todo o espaço rural (entre outras GNR, Proteção Civil, Serviços de Saúde, Serviços do M. da Agricultura e Bombeiros).

Para além de apropriação indevida de espaços e caminhos seculares a colocação de portões e redes de vedação configura-se como um atentado ao património público.

Comungando desta preocupação pergunto se existe esse cadastro e existindo qual o seu grau de atualização.

que  
ANEXO 5

## REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 29/06/2018

ANA LEONOR SANTOS

GRUPO MUNICIPAL DO PS

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Esta minha intervenção visa abordar dois assuntos. O primeiro diz respeito ao envio dos documentos relativos a cada sessão. Desde que sou membro desta Assembleia já ouvi várias vezes ser solicitado que o envio seja feito com maior antecedência, pese embora o que está no Regimento. Quero reiterar esse pedido, tomando como exemplo esta sessão. Estão em causa documentos que totalizam 331 páginas (sem contar com as 51 páginas da acta), que foram disponibilizados três dias antes da reunião, o que obrigaria a uma leitura de 110 páginas por dia. Ora, talvez haja evidências que devem ser lembradas: a maioria dos membros desta Assembleia tem uma vida profissional; certamente, todos têm uma vida familiar; e, já agora, todos temos uma vida fisiológica, que nos obriga a algumas horas de sono, se queremos manter-nos minimamente funcionais. Assim sendo, e para que possamos cumprir o nosso dever de votar com conhecimento daquilo em que estamos a votar, é fundamental que os documentos nos sejam disponibilizados num tempo razoável, que raramente se coaduna com as 48 horas regimentadas.

Veja-se o caso do Plano de Integração de Migrantes, um documento com 231 páginas, sobre um assunto humanitário muito sério e que deve ser tratado com toda a atenção.

O segundo assunto diz respeito a um momento da sessão de 30 de Abril, na qual não pude estar presente, mas do qual tomei conhecimento, quer por via do Grupo Municipal que integro quer por via da leitura da acta. E o momento a que me refiro parece-me tão insólito, tão inexplicável, tão incompreensível, que eu não poderia deixar de me pronunciar sobre ele. Fá-lo-ei exclusivamente com base na acta da sessão em causa, crente de que a mesma reflecte o que aí se passou.

Quero trazer aqui o caso da moção “Igualdade de Género”, apresentada pela Sra. Deputada Cristina Guedes, e rejeitada com 18 votos contra, 17 a favor e 4 abstenções. Embora a moção surja identificada como sendo sobre igualdade de género, o conteúdo da mesma é mais abrangente, referindo-se a violência doméstica, maioritariamente sofrida por mulheres, mas não exclusivamente, e referindo-se também a violência sobre a comunidade LGBTI.

Não constando em acta nenhuma declaração de voto, não é possível compreender o que se rejeitou exactamente: fazer um minuto de silêncio pelas vítimas de violência doméstica? O Gabinete para a Igualdade? A Educação para a Igualdade? A casa abrigo? O que há de rejeitável nestas propostas? O que é que esta Assembleia decidiu rejeitar? Como é que esta Assembleia rejeita uma moção sobre igualdade?

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, não pretendo ter um discurso moralizador, nem tão-pouco feminista. Quero apenas registar que considero este um momento lamentável da história desta Assembleia, casualmente ocorrido cinco dias após a comemoração do 25 de Abril, a propósito do qual deveríamos lembrar-nos de que a liberdade não é apenas um conceito abstracto. De facto, na realidade, ela não existe se não formos reconhecidos e tratados como iguais, para lá das nossas diferenças. E esta Assembleia, cinco dias depois de ter comemorado a concretização do ideal da liberdade, pronunciou-se contra o valor que a acompanha, na Declaração Universal dos Direitos Humanos: art. 1º - Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO FUNDÃO**  
**29 DE JUNHO DE 2018**  
**GRUPO MUNICIPAL DA CDU**

Sr. Presidente da Assembleia Municipal  
Sr. Presidente da Câmara  
Srs. Membros da Assembleia Municipal  
Srs. Vereadores  
Comunicação social  
Staff de apoio à AM  
Senhoras e Senhores

Intervenção  
na PAOD da  
CDU  
29.06.18

Neste Período antes da Ordem do Dia, para apresentação de moções e recomendações/Declarações Políticas. gostaria de trazer a esta Assembleia três assuntos distintos e com características também bem distintas.

O primeiro é de luta e solidariedade. Como sabem tem lugar hoje, no Fundão, às 17 H, por iniciativa do Plataforma P'la Reposição das Scut A23 e A25, uma *“marcha lenta contra as portagens”*. As autoestradas A25 e, particularmente a A23, foram pensadas também para promover o desenvolvimento do interior. Contudo a imposição de portagens numa via que estava pensada par ser *“sem custos para o utilizador”*, para mais com níveis de preços dos mais elevados do país, transformaram aquilo que deveria ser um fato de desenvolvimento, de facto num entrave ao desenvolvimento. Não vale a pena alinharmos em *“movimentos pelo interior”* ou propagandearmos *“Unidade de Missão para a Valorização do Interior”* se não formos capazes de começar por coisa tão simples como esta, reposição das SCUT. Por isso esta AM aprovou, por unanimidade e já mais que uma vez e em circunstâncias distintas moções em que a abolição das portagens era exigida.

Assim, enquanto membro desta AM faço uso desta tribuna para manifestar a minha solidariedade e a do grupo municipal da CDU e o apoio à luta desenvolvida pela plataforma. E, se me permitem, apelo também à solidariedade dos restantes membros desta AM.

ANEXO 7  
Assunto em  
matrícula  
H. Almeida  
29.06.18  
R. Almeida

O segundo assunto é de saudação e louvor.

Como sabem, a equipa de Futsal Feminino do Grupo Desportivo de Valverde, venceu a sua série no campeonato, garantindo a sua presença na primeira divisão nacional da modalidade. Este o resultado de um trabalho coletivo, mas também da liderança excecional de uma “mulher notável”, Catarina Rondão, treinadora da equipa e presidente do Grupo Desportivo. Este notável feito não pode deixar de ser alvo de um reconhecimento por parte desta Assembleia. Assim, a bancada da CDU propõe que a AM do Fundão aprove um voto de louvor como reconhecimento do notável trabalho desenvolvido pelo Grupo Desportivo de Valverde no concelho e pela projeção conseguida a nível nacional.

Finalmente um terceiro assunto que tem que ver com o falecimento de dois ilustres fundanenses, Albano Martins e Zé de DAlmeida.

## VOTO DE PESAR

Pelo falecimento do poeta Albano Martins

Albano em homenagem  
Albano  
29.06.18

ANEXO 8

Faleceu, no passado dia 6 de junho, o professor, escritor, tradutor e poeta Albano Dias Martins. Nascido em 1930 na aldeia do Telhado, concelho do Fundão, licenciado em Filologia Clássica pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, foi professor de Português, Latim e Grego no ensino secundário e na Universidade Fernando Pessoa.

Muito próxima dos elementos naturais e das paisagens em que cresceu, mas também desde cedo dialogando intensamente com as artes plásticas e a música, a extensa obra poética de Albano Martins é marcada pela contenção expressiva e por uma discreta musicalidade e como o poeta declarou “em cada verso meu palpita a beira, situada entre a Gardunha e a Estrela”.

Vulto da cultura portuguesa, Albano Martins foi homenageado, no ano de 2006, com a Medalha de Ouro da Cidade do Fundão e na sua última vinda à sua terra afirmou: “*Pertenço a esta geografia, ao lume branco da resina, ao gume do arado. A minha casa é esta: um leito de estevas e uma rosa de caruma abrindo no tecto do orvalho*”. E, nós, seus concidadãos, só temos de agradecer pelo seu enorme legado e pela sua fraterna humanidade.

A Assembleia Municipal do Fundão presta um merecido tributo à sua memória e endereça à sua família um sentido voto de pesar.

Fundão, 29 de junho de 2018

Os eleitos municipais

## VOTO DE PESAR

## Pelo falecimento do cartoonista e artista plástico José de Almeida



Faleceu, no passado dia 29 de maio, o artista gráfico, cartoonista e ceramista José de Almeida. Nascido em Silves em 1943, Zé Dalmeida foi um inventor da alegria e o traço do seu lápis ou do seu pincel contaram com uma invulgar inteligência crítica e criativa.

O professor Arnaldo Saraiva sintetiza assim o seu legado:

*“Zé Dalmeida preza as mensagens claras e o claro riso crítico; um riso que quase não mexe com as suas ideias (idiotas) e os comportamentos sociais (idem). E não é difícil assinalar os mundos visitados pelo seu riso: o mundo político, o futebolístico, o televisivo, o religioso, ou um certo mundo moderno de transportes, comunicações, passagens de modelos, fast-food, comércio imobiliário. Mas todos esses mundos se inscrevem no mundo português”.*

Mas, a obra e o homem são inseparáveis de uma cidadania comprometida. Zé Dalmeida foi um fazedor de sonhos, utopias e projetos de felicidade coletiva. E, nós seu concidadãos só temos de lhe agradecer pela inquietação, pelo convívio regular nas páginas do JF e pelo envolvimento com os dolorosos problemas do mundo, do país, da região e do concelho.

A Assembleia Municipal do Fundão presta um merecido tributo à sua memória e endereça à sua família um sentido voto de pesar.

Fundão, 29 de junho de 2018

Os eleitos municipais

Aprovado em  
36 votos a favor  
e 1 abstenção  
MOÇÃO  
29.06.18

Recomenda-se mesa de st. 18  
29.6.18  
ANEXO 10

**Considerando que:**

1. Em Portugal, as estatísticas e os números relativos ao fenómeno das múltiplas violências com uma marca de género são evidentes e avassaladores.
2. Duas mulheres são assassinadas a cada mês que passa e outras tantas são vítimas de tentativa de homicídio.
3. Existe assédio físico e moral, nas suas múltiplas formas, a violência doméstica, o medo da violação ou o sentimento de insegurança;
4. Existência de violência contra pessoas LGBTI+.
5. Um dos objetivos específicos do Plano Intermunicipal para a Igualdade é prestar apoio a vítimas de violência doméstica e de género, onde consta que o apoio nos municípios é permanente.

**Assim, a Assembleia Municipal do Fundão, reunida a 29 de junho de 2018, delibera:**


- 1) Fazer um minuto de silêncio pelas vítimas assassinadas no presente ano em contexto de violência doméstica;
- 2) Recomendar à Câmara Municipal do Fundão, no âmbito do Plano Municipal de Igualdade e de Prevenção e combate à Violência Doméstica e de Género, a disponibilização de um serviço de apoio às vítimas de violência doméstica e de género, que assegure um atendimento presencial e à distância (por e-mail e por linha telefónica para este efeito), em termos personalizados;
- 3) Recomendar à Câmara Municipal do Fundão, no âmbito dos programas sociais de inclusão, o reforço dos princípios orientadores da Carta Educativa, dos Planos de Educação e Social, que visem promover: o combate à violência; a cultura inclusiva de igualdade de género e LGBTI+; e a resolução pacífica de conflitos, dirigidas à sociedade em geral.

**A presente moção a ser aprovada, recomenda-se que seja remetida às seguintes entidades:**

- G.A.T.A. - Grupo de Activismo e Transformação pela Arte;
- Associação CAPAZES;
- Associação ILGA Portugal;
- Associação Mulheres sem Fronteiras;
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV);
- CIG- Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género;
- Grupos Parlamentares da Assembleia da República;
- MDM – Movimento Democrático de Mulheres;
- Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres;
- Por Todas Nós – Movimento Feminista;
- Presidente da Assembleia da República;
- Rede de Jovens para a Igualdade; e
- UMAR - União Mulheres Alternativa e Resposta.

16 -  
Fund  
L  
29.06.18



ANEXO 11  


Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Senhores Vereadores

Comunicação Social (Rádio Cova da Beira este mês faz anos)

Caros membros da Assembleia Municipal

Minhas Senhoras e meus Senhores

No passado dia 17 de Junho comemorou-se o dia do combate à desertificação e, no seguimento do apelo do Sr. Presidente da Assembleia aquando do aniversário da fundação do Concelho do Fundão, para a problemática do Interior, quero como representante dos Três Povos, uma freguesia rural com problemas transversais a muitas outras freguesias distantes da sede do município dar o nosso contributo/sugestão.

É urgente colocar em debate o problema emergente do abandono e desertificação de aldeias, e, sobretudo, procurar soluções conjuntas que permitam reabilitar as aldeias abandonadas, dando-lhes de volta a sua "alma".

A minha freguesia em trinta e sete anos desde os censos de 1981 perdeu 467 habitantes cerca de 40% da população! É dramático.

Em Portugal a migração do campo para as cidades principalmente do litoral, a que se acrescenta a emigração para o estrangeiro, tiveram como consequências um progressivo abandono dos campos, a que se seguiu a consequente desertificação das aldeias, hoje já nem é o alargamento da rede de Lares ou alargamento de cemitérios as grandes obras.

Atualmente apercebemo-nos que terras que estavam votadas ao abandono agrícola voltaram a ser cultivadas em grandes extensões, existindo uma nova geração que reivindica o meio rural como hipótese de trabalho e de futuro. Mas para que aldeias quase abandonadas possam voltar a ter vida, é primordial haver medidas justas para que haja respostas sociais á comunidade.

Não é só com cento e tal mediadas avulsas ou com centenas de euros para apoio à natalidade que se combate o despovoamento e, a demografia.

É necessário um contrato de ruralidade no que diz respeito à educação (as crianças nos jardins de infância e as IPSS terão que ser subsidiadas) ;a criação de escolas rurais a fim de evitar o estigma do "numerus clausu" e, o vai e vem de todos os anos de novo

professor; na saúde (para fixar médicos a exemplo de outros países conceder bolsas aos estudantes de medicina na condição de permanecerem pelo menos 10 anos na região; manter os serviços de proximidade à população; rever os circuitos de transportes (não pode ser o mesmo autocarro de há trinta, quarenta anos saindo às 7 para chegar às 9 ao Fundão. E, como o óbvio – numa altura em que todos estão preocupados com a coesão do Interior – A abolição de portagens (esta sim seria uma medida justa e corajosa). Sabemos que os problemas não se resolvem por si mesmo é necessário vontades e como dizia o pensador Edgar Morin: *“não existe fatalidade, apenas existem renúncias”*.

Termino com uma curiosidade. No cruzamento da Capinha na estrada para os Três Povos esteve em tempos uma placa que dizia *“ Regadio da Cova da Beira: o futuro passa por aqui”* Por qualquer razão desapareceu ou foi retirada.

Faço votos para que haja razões para colocá-la de novo.

**Muito Obrigado** pela vossa paciência...

A posição do Bloco de Esquerda nesta Assembleia Municipal é abordar os temas que considera importantes para o Concelho e o País, bem como questionar quem de direito sobre as decisões e posições tomadas. Sempre numa perspetiva construtiva, de debate, de respeito e confronto de opiniões para se contribuir para a melhoria da forma de estar de todos.

Venho-vos falar de uma profissão que nos é familiar a todos, direta ou indiretamente, e da sua luta por um dos mais elementares direitos. Ser professor e ver contado o tempo de trabalho que foi efetivamente prestado, mesmo em condições muito diferentes das expectativas criadas pelo Estado na altura da sua admissão à carreira, vendo a sua capacidade financeira a reduzir-se significativamente durante mais de nove anos. Assim apresento-vos uma moção “Palavra dada, palavra honrada”.

No tempo presente assistimos a um grave conflito entre os professores e o Governo, originado pelo facto do mesmo Governo não estar a honrar os compromissos que assumiu no Orçamento de Estado (OE) para 2018, ou seja recuperar o tempo de serviço dos docentes durante os anos em que as carreiras estiveram congeladas, precisamente 9 anos 4 meses e 18 dias.

Os professores estão disponíveis para definir um faseamento que seja comportável para as contas públicas enquanto o Governo não discute nenhum faseamento porque simplesmente não quer reconhecer o tempo de serviço dos professores.

Muitos dos professores com 24 anos de serviço estão no 3º escalão (são 10) e recebem 1300 euros por mês. Estes professores, mesmo com avaliação de excelente todos os anos, nunca vão chegar ao topo da carreira. Porquê?

E o Governo ao pretender reduzir a luta pelos direitos e dignidade das carreiras dos professores a uma “revindicação sindical” mais não faz do que alimentar maldosamente o preconceito social contra os sindicatos. Pretende isolar os professores, caricaturando-os como uma classe privilegiada. O objetivo confesso é humilhar e enxovalhar aqueles e aquelas que são um dos pilares da escola pública.

Claro que além desta profissão devemos apoiar e valorizar as lutas de outras profissões que também não estão a ser valorizadas. Mas hoje falo-vos desta porque a luta está a decorrer agora

e os nossos professores devem-se sentir apoiados e não precisam de mais ninguém que lhes aponte o dedo.



Peço-vos que pensem que é uma questão de justiça e como se sentiriam vocês se depois de quase dez anos de trabalho vos dissessem que nos vos iam contabilizar.

Bem Hajam!



*Ajuda com  
a luta a favor  
da sustentabilidade*  
*H. Guedes*  
*29.06.18*

*Recebido no curso do A.14*  
*29.06.18*  
*H. Guedes*

**Moção "Palavra dada, palavra honrada" ANEXO 13**

No Orçamento de Estado (OE) consta "a expressão remuneratória do tempo de serviço nas carreiras (..) é considerada em processo negocial com vista a definir o prazo e o modo para a sua concretização, tendo em conta a sustentabilidade e compatibilização com os recursos disponíveis". O tempo das carreiras é integral, não é uma fração ou uma abstração que permita diferentes interpretações. O Governo não tem mandato para propor um apagão total ou parcial das carreiras dos professores. Essa é uma proposta fora da lei. O Governo tem a obrigação de "definir o prazo e o modo" para a reposição do tempo de serviço.

Tal norma do OE decorre de uma proposta apresentada pelo próprio PS, depois de negociações com o BE e o PCP. E não é sequer uma proposta inflexível, dado que permite um faseamento tendo em conta as disponibilidades orçamentais. O que agora acontece é termos um Governo minoritário que não quer cumprir a lei que a maioria da Assembleia da República aprovou.

O Governo assinou em novembro passado um acordo com os sindicatos que expressava textualmente "o tempo de serviço prestado durante o período de congelamento das carreiras seria contado para efeito de progressão". Agora dá o dito pelo não dito. Onde para a honra da palavra dada?

E é rotundamente falsa a versão repetida até a exaustão, por diversos setores, que os professores progridem automaticamente nas suas carreiras.

Por todas as razões atrás expressas e porque é justo, a Assembleia Municipal do Fundão, reunida em Sessão Ordinária, delibera:

Ponto único: Apoiar a luta das professoras e dos professores pela dignidade e valorização das suas carreiras, incluindo o reconhecimento da contagem integral do tempo de serviço.

Fundão, 29 de Junho de 2018

**Cristina Maria Borges dos Santos da Silva Guedes**  
**Membro da Assembleia Municipal do Fundão**  
**BLOCO DE ESQUERDA**



**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA**

*Handwritten signature in blue ink.*

**Pedido de esclarecimento**

**Consta na informação escrita do PCM - 29/6/2018**

Elaboração de projeto de arquitetura, especialidades e medições e orçamentos para criação de um parque de estacionamento junto à Escola Secundária do Fundão.

- Esta intervenção foi pensada com base em quê:
- Dificuldade de estacionamento?
- Melhoria da circulação nas imediações da Escola?
- Apenas arranjo do espaço ou outro tipo de intervenção?
- Integrada no conjunto de oferta de estacionamento existente na zona, ar livre e coberto?
- É para ser gratuito ou concessionado, logo pago?
- Vai ter em atenção que não existe nenhum passeio no sentido Norte – Sul do lado da Escola Secundária e este aspeto vai ser considerado na intervenção?
- O acesso Rua António José Saraiva, R: Conde de Idanha a Nova, é para manter ou vai ser abolido?
- Tem em atenção a existência de um espaço subaproveitado no acesso ao pavilhão desportivo e que na altura foi uma das condições para a implantação daquele edifício nos terrenos do complexo escolar?
- Tem em atenção o deslocamento da “RN” para um espaço mais condigno de receção de utentes ficando liberta a área agora dedicada em exclusivo ao estacionamento dos autocarros? Sim, porque me recordo do deslocamento da RN, ser provisório para aquele espaço e já lá vão 17 anos!

**E já agora, sobre um assunto conectado com este:**

Qual o plano previsto para o funcionamento das aulas no complexo escolar quando começarem as obras de intervenção?



## GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA

7Am

### Plano Municipal para a Integração de Migrantes [PMIM]

29/6/2018

O tema que subjaz à apresentação do PMIM não pode deixar de ser lido no princípio universal da igualdade de direitos e de deveres entre cidadãos.

Agrada-nos, pois, que o município se preocupe em definir políticas, concretizadas em plano, que tendam a combater formas de discriminação e se foquem no acesso à educação, ao trabalho, à saúde, à segurança social, à participação cívica...

É neste contexto, e considerando a importância de que se reveste, que nos custa aceitar que seja apresentada à AM um documento com esta importância e não seja dado o tempo suficiente que ele merece para ser lido, analisado e depois, sim aprovado.

Outrossim, o suporte da proposta do PMIM que nos é apresentado parece indiciar que o mesmo mereceu um tratamento exaustivo, nomeadamente no diagnóstico da situação dos migrantes residentes no concelho do Fundão e Universidade da Beira Interior, de modo a não deixar dúvidas quanto à pertinência das atividades nele inscritas e quanto à inclusão nas dimensões estratégicas.

Tal cuidado, aguçou o nosso interesse e desde logo a metodologia seguida mereceu uma leitura cuidada.

Sem grandes delongas, cremos que amostra definida para aplicação do inquérito por questionário está ferida de representatividade [ou então o modo como está descrita contém alguns lapsos] e como tal lançou sérias dúvidas sobre a pertinência das atividades que enformam o plano proposto.

Apenas como exemplo: A UBI é frequentada por alunos oriundos de 24 países, a amostra é constituída por apenas 3 países. No universo dos 966 alunos, 46,6% são de nacionalidade brasileira, na amostra representam 66,4% da mesma.

Mesmo quando a metodologia passa a ser a de *focus group* surgem-nos dúvidas pois constituíram-se dois grupos de seis elementos de nacionalidades representativas da amostra selecionada para a aplicação do questionário ora na amostra existe um único elemento de uma nacionalidade, tendo surgido na descrição outras nacionalidades que não presentes na amostra.

Consideramos assim propor que a votação do PMIM seja agendado para a próxima reunião da AM, dando assim a oportunidade de ter mais tempo de leitura e dar lugar a alguns esclarecimentos adicionais que se revelem pertinentes.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, não pretendo ter um discurso moralizador, nem tão-pouco feminista. Quero apenas registar que considero este um momento lamentável da história desta Assembleia, casualmente ocorrido cinco dias após a comemoração do 25 de Abril, a propósito do qual deveríamos lembrar-nos de que a liberdade não é apenas um conceito abstracto. De facto, na realidade, ela não existe se não formos reconhecidos e tratados como iguais, para lá das nossas diferenças. E esta Assembleia, cinco dias depois de ter comemorado a concretização do ideal da liberdade, pronunciou-se contra o valor que a acompanha na Declaração Universal dos Direitos Humanos: art. 1º - Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos.